

Plataforma Água Sustentávelⁱ alerta para os riscos na actual gestão da água e aponta soluções

A evolução da situação hídrica do país tem vindo sistematicamente a confirmar as previsões anunciadas há quase um século por diversos especialistas. Desde novembro de 2020, data da sua constituição, que a PAS (Plataforma Água Sustentável)¹ vem alertando para a falta de resposta institucional atempada ao problema da escassez hídrica, designadamente na região do Algarve, tem mostrado os efeitos negativos de algumas propostas oficiais e apresentado alternativas.

A PAS tem analisado dados e propostas oficiaisⁱⁱ, nomeadamente as do PIACC ([Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas](#)) e do PREHA ([Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve](#)), examinado o estado dos aquíferos, o papel e impacto de novas barragens, a reutilização de águas residuais, a relação entre o consumo/modo de produção/atividade agrícola, os impactos económicos e ambientais da dessalinização, entre outros. E tem proposto e justificado as medidas que considera serem necessárias para dar resposta à escassez hídrica e caminhar no sentido da sustentabilidade dos nossos recursos hídricos.

É com grande apreensão que a PAS vê serem adotadas medidas desajustadas, suportadas por políticas de investimento público e privado, que não se ajustam às orientações e objetivos das políticas ambientais.

Qual é a estratégia oficial?

Qual é a resposta esperada das centrais de dessalinização, às necessidades presentes e futuras? Segundo informação do jornal Públicoⁱⁱⁱ, a construção duma dessalinizadora custará 45 milhões de euros, numa primeira fase, e não produzirá mais do que 8 milhões de metros cúbicos, ou seja, menos de 10% dos consumos urbanos da região (80,3 milhões). Posteriormente, o Governo veio declarar que vai triplicar essa capacidade o que, no entanto, continua a demonstrar um custo elevado para obter água por esse meio.

Segundo um estudo da Gulbenkian^{iv}, a agricultura é o maior consumidor de água no país e no Algarve. segundo dados do PREHA, o sector da agricultura gasta anualmente ca. 135 milhões de metros cúbicos, representando 57 % do volume total de água contabilizada no Algarve (o setor urbano consome 34 % e o setor do golfe 6 %; perguntamos – quantas centrais de dessalinização terão que ser construídas para abastecer a agricultura?

Além disso, a dessalinização tem acoplada uma discriminação social – responsáveis oficiais têm sistematicamente reafirmado que a água das barragens, custeada por dinheiros públicos, se destina ao uso agrícola privado, e será comercializada a um preço mais baixo do que a obtida por dessalinização, destinada ao consumo público, mas proveniente de uma empresa privada ou em parceria público-privada. Como serão, então, garantidos os direitos ao acesso a esse recurso fundamental à vida?

O Estado também tem sugerido a construção de novas barragens e a solução “Captação de Água no Guadiana”; contudo, estas propostas entram em contradição com a Diretiva Quadro da Água, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC), Plano Nacional da Água (PNA) e Avaliação Nacional de Risco, porque têm fortes impactos, entre eles a diminuição do caudal dos rios, com impactos no local de captação e nos ecossistemas a jusante. Vejamos o caso do Guadiana – a parte jusante está



integrada na Rede Natura 2000 e é previsível um aumento de salinidade no local da captação, em resultado do decréscimo de pluviosidade que se regista no sul do país. Além disso, o rio Guadiana é um rio transfronteiriço, pelo que os impactos atingirão Portugal e Espanha, pelo que terá que ser também discutido com o Estado Membro vizinho e a população local afectada.

Para aumentar o contrassenso, o Estudo “Regadio 2030” propôs que se alargue a área de regadio no Algarve e Alentejo, algo de que discordamos no parecer que apresentamos na consulta pública que terminou a 14 de janeiro de 2022. Como se explica este alargamento, perante a escassez de água? Qual é a estratégia a curto, médio e longo prazo?

Assim, a PAS considera que a diversificação das origens de água deverá ser feita através do recurso às águas fluviais e residuais tratadas; discorda da construção da central de dessalinização, da “Captação de Água no Guadiana”, ou da construção de barragens, porque, além dos impactes ambientais por demais conhecidos, o aumento da temperatura/evaporação e diminuição da pluviosidade tornará o volume de água a armazenar cada vez menor.

Neste enquadramento temos considerado prioritárias e estruturantes as seguintes medidas:

1. **Conservação do solo** para otimizar a retenção de água pluviais, combater a erosão, promover o sequestro de carbono e garantir a salvaguarda das áreas integradas na Rede Ecológica Nacional (REN) relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre.
2. **Reflorestação com espécies autóctones**, diversificadas e resilientes, recorrendo às práticas de gestão adequadas, sobretudo na serra e nas bacias hidrográficas.
3. **Restauro e reabilitação de linhas de água**, tendo em conta os desvios feitos, os açudes obsoletos e efeitos dos incêndios.
4. **Aproveitamento de água de escoamento superficial**, executando retenções de água para abastecimento de pequenos regadios a jusante, manutenção de ecossistemas e hidratação da paisagem envolvente.
5. **Controle e gestão de cheias**, particularmente nas zonas urbanas do litoral, melhorando os sistemas de drenagem e aproveitando esses recursos hídricos e/ou encaminhamento para recarga artificial de aquíferos.
6. **Captação e armazenamento de águas pluviais nos edifícios**, devendo as entidades oficiais dar o exemplo (açoteias/cisternas são ainda tradição no Algarve). Bem como a **inclusão de sistemas prediais de reutilização de águas cinzentas**, passando a estar previstos nas normas de construção dos mesmos.
7. **Utilização de águas residuais tratadas (ApR)** em áreas próximas das ETAR: em campos de golfe (aprofundando as boas práticas de iniciativas em curso); lavagens em meio urbano; rega de espaços verdes; em algumas culturas agrícolas e outros usos compatíveis com a qualidade dessas águas após tratamento.
8. **Melhoramento do ciclo urbano da água e redução dos 30% de perdas nas redes, urbanas e de regantes**: identificação e minimização das perdas de água nas redes de abastecimento, já que, em Portugal, o volume das perdas reais na rede (em baixa) é de 128 l/(ramal.dia), segundo o relatório da ERSAR para o ano de 2022. Urge também investir na reabilitação das redes coletoras de águas residuais urbanas e pluviais, uma vez que estas redes, na maior parte das cidades do Algarve, têm sérios problemas de funcionamento. Essas falhas conduzirão, nomeadamente, à contaminação das zonas húmidas nas suas proximidades e, no litoral, à entrada de água salgada, o que dificultará a utilização dessas águas residuais, face ao custo elevado do seu tratamento (dessalinização).
9. **Manutenção de áreas de proteção dos aquíferos, recursos hídricos subterrâneos**, para que permitam uma recarga otimizada desses aquíferos. A proibição de despedregas e da construção/impermeabilização dos solos das áreas de proteção são iniciativas urgentes.



10. **Licenciamento e fiscalização efetiva de captações** (subterrâneas e superficiais), seja para a agricultura ou seja para outras utilizações, com a obrigatoriedade de reportar as quantidades dos usos de água e capacitando as entidades competentes, inclusive com recursos humanos e melhorando os meios de fiscalização Segundo o estudo da Gulbenkian anteriormente referido, 71% dos agricultores desconhece a água que gasta e 61% não paga o consumo.

11. **Adequação das culturas agrícolas aos recursos hídricos existentes e às características climáticas** de cada zona, prevenindo a escassez futura. Políticas eficazes a regulamentar a proliferação de monoculturas, destinadas à exportação, e a aumentar a produção visando o mercado nacional.

12. **Modificação do tipo de espaços verdes**, públicos e privados. Não faz sentido continuar a usar água potável, ou mesmo de outra origem de menor qualidade (águas subterrâneas e águas residuais tratadas), para manter espaços verdes que não se coadunam com as nossas características climáticas e com a escassez de água; as autarquias e empresas municipais devem dar o exemplo, substituindo os relvados por espécies mais resilientes, como é o caso do prado de sequeiro, e plantando árvores/arbustos da flora local menos exigentes em água. Fomentar *microwilding* urbano: pensar cada superfície como potencial hospedeiro de vegetação e formar corredores de habitat (colocar vegetação nos telhados, em paredes, fileiras de jardins).

13. **A aprovação da expansão do tecido urbano** dedicado à exploração sazonal e/ou turística, bem como qualquer aumento urbanístico **só poderá ocorrer depois de verificadas as condições de sustentabilidade** relativas à utilização e acesso a bens e recursos vitais, quer no litoral (sendo que a orla costeira é das regiões mais vulneráveis às alterações), quer no interior, assim como restringir rigorosamente a construção de novas piscinas, sob o prisma dos seus impactos no recurso hídrico. **13. Informação rigorosa, acessível e atempada aos habitantes e aos turistas, sobre a monitorização e o estado dos recursos hídricos**, assim como a gestão e o uso da água no Algarve e no país, garantindo a sensibilização sobre o estado dos recursos hídricos do Algarve e do país. como "Informação rigoroso, acessível e atempadamente sobre a monitorização e o estado dos recursos, assim como a gestão e o uso da água.

14. Por último, a questão da **gestão da água**, que necessita de uma urgente reflexão, dum debate que seja inclusivo e integrador de toda a sociedade civil.

Conclusão

A resolução da situação actual não é simples, pois serão necessárias **medidas de curto prazo de cariz urgente (3Rs)^v** e **medidas de longo prazo (5Rs)^{vi}**, mas não será encontrada com grandes obras de construção civil que aumentam a pegada ecológica agravando, conseqüentemente, a consumo de água, a desflorestação e a poluição do mar, o que, por sua vez, desequilibra ainda mais o clima.

P'la Plataforma Água Sustentável



Contactos:

Nídia Rebelo Braz, telemóvel número 910533011

Rosa Guedes, telemóvel número 967416435

ⁱ Atualmente, a PAS é constituída por: **A Rocha Portugal, Água é Vida, Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, CIVIS – Associação para o Aprofundamento da Cidadania, a Ecotopia – Associação Ambiental e de**



Desenvolvimento Sustentável, o FALA – Fórum do Ambiente do Litoral Alentejano, Faro 1540 – Associação de Defesa e Promoção do Património Ambiental e Cultural de Faro, Glocal Faro, LPN – Liga para a Protecção da Natureza, a Probaal – Associação para o Barrocal Algarvio, Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e Regenerarte – Associação de Protecção e Regeneração dos Ecossistemas.

ⁱⁱ Apresentadas no PIAAC, no PREHA, no PRR, no Plano de Regadio 2030, entre outros.

ⁱⁱⁱ <https://www.publico.pt/2022/02/17/local/noticia/central-dessalinizacao-algarve-sim-nao-concelho-1995525>

^{iv} <https://gulbenkian.pt/programas/programa-desenvolvimento-sustentavel/gulbenkian-agua/> Em Portugal, o setor agrícola é responsável por 75% do total de água utilizada, um número que contrasta com a média da União Europeia (24%) e chega a ser superior à média mundial (69%).

^v **Reutilizar** águas residuais tratadas, reutilizar águas cinzentas, **(Re)aproveitar** águas pluviais e de escoamento superficial, **Reduzir** consumos (urbanos, agrícolas)

^{vi} **Restaurar** linhas de água, **Reter** as águas pluviais em edifícios, aquíferos e nos solos, **(Re)adaptar** o tipo de agricultura e a arquitetura dos espaços verdes à região, **Reflorestar e(Re)projetar** a gestão da água municipal

